

PETROPOLITANAS



O parlamentar cumpre agenda em Brasília

Fred Procópio conquista R\$ 6,5 milhões em emendas para a saúde

Petrópolis recebeu um reforço de R\$ 6,5 milhões para investimento na atenção primária e em áreas de média e alta complexidade da saúde. O recurso, que já foi transferido para a Prefeitura, é fruto da articulação do vereador Fred Procópio (MDB) junto ao senador Carlos Portinho (PL). O vereador cumpre agenda em Brasília nesta semana e esteve com o senador para agradecer e levar outras demandas da população. Foram destinadas duas emendas à saúde: R\$ 3,3 milhões para o Piso da Atenção Primária (PAP), que financia os postos de saúde e o atendimento básico; e R\$ 3,2 milhões para Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), responsável por custear cirurgias, internações e exames especializados. Uma parte foi transferida para a Prefeitura no começo do mês de junho e a outra foi transferida na segunda-feira, dia 29.

Estradas vicinais de Petrópolis

Durante o encontro, o vereador Fred Procópio confirmou a retomada da obra de asfaltamento das estradas vicinais do Brejal, na Posse. A execução é realizada com recursos de emenda parlamentar de R\$ 8 milhões do senador. A obra havia sido paralisada por questões contratuais. “Agradeço ao senador Carlos Portinho que conhece a cidade e logo se prontificou a nos apoiar, como tantas outras vezes, com a destinação de recursos”, concluiu o vereador.



Estradas vicinais no Brejal receberão R\$ 8 milhões

Verba do legislativo estadual

A saúde de Petrópolis vai receber um reforço de mais de meio milhão de reais. O Governo do Estado publicou, nesta terça-feira (30), duas resoluções da Secretaria de Estado de Saúde oficializando o repasse de R\$ 500.367,00 para o Fundo Municipal de Saúde, por meio de emendas parlamentares impositivas do deputado estadual Sergio Fernandes. Do total, R\$ 400.367,00 serão destinados ao custeio dos serviços de saúde, ajudando na manutenção dos atendimentos prestados à população.

Outros recursos

Outros R\$ 100 mil serão investidos na estruturação da rede municipal, permitindo melhorias nos estabelecimentos de saúde do município. As duas resoluções foram assinadas pelo secretário estadual de Saúde, Ronaldo Damiano, e garantem a transferência dos recursos em parcela única do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde de Petrópolis.

Edital

A prova objetiva do processo seletivo para ingresso nas vagas de nível superior da Faetec no segundo semestre de 2026 foi adiada para o dia 12 de julho. Inicialmente marcada para este domingo (5), a avaliação foi re-marcada em razão da partida da Seleção Brasileira. Os candidatos devem consultar o edital atualizado e as demais orientações no site da Coseac/UFF.

Comércio

Julho reúne características que fazem dele um dos meses mais importantes para o comércio de Petrópolis. A combinação entre as férias escolares, o aumento do fluxo de turistas, o inverno e a programação cultural da cidade cria um ambiente favorável para diversos segmentos do varejo, desde lojas de vestuário até papelarias, livrarias e presentes.

Vendas

O período de férias de julho é tradicionalmente positivo para o comércio. Segundo levantamento da Getnet, empresa de tecnologia para soluções de pagamento do grupo Santander, os gastos dos consumidores cresceram 15,7% em julho de 2025 na comparação anual, impulsionados principalmente pelo aumento das viagens e do consumo típico da temporada.

Cenário

Na avaliação da CDL é um período em que diferentes perfis de consumidores convivem nas ruas da cidade. Enquanto os visitantes aproveitam a temporada para conhecer o comércio local e consumir produtos ligados à identidade petropolitana, moradores também aproveitam o mês para antecipar compras e organizar a rotina para o segundo semestre.

Maquinário

A Prefeitura atendeu a uma antiga demanda dos produtores rurais do município e colocou novamente em operação o trator comunitário que auxilia a agricultura familiar. O equipamento estava parado há mais de cinco anos e, após passar por manutenção, voltou a atender as propriedades rurais, garantindo mais agilidade e eficiência no trabalho no campo.

Investimento

Foram investidos R\$ 17 mil, por meio do Fundo Municipal de Agricultura, para recuperar o trator. Agora, o equipamento realiza em cerca de três horas um serviço que antes levava até três dias para ser concluído pelos produtores. O trator pode permanecer por até 48 horas em cada propriedade, contribuindo para o preparo do solo e o aumento da produtividade.



Documento pede restabelecimento do sistema de videomonitoramento em até 60 dias

Prefeitura já sabia dos riscos, diz MPRJ ao cobrar volta das câmeras

Órgão cobra retomada do serviço de fiscalização em um prazo de 60 dias

Por **Gabriel Rattes**

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) voltou a cobrar providências da Prefeitura de Petrópolis para restabelecer o sistema de videomonitoramento da cidade. Em nova petição apresentada à Justiça, o órgão afirma que os documentos enviados pelo município demonstram omissão administrativa e indicam que a Prefeitura já sabia, desde o ano passado, que o sistema de câmeras estava defasado e próximo do colapso, mas não planejou a substituição do contrato.

Na manifestação, o MPRJ contesta a versão de que a interrupção do serviço ocorreu por causa da retirada repentina dos equipamentos pela empresa anterior. O órgão pede que a Justiça determine uma série de prazos para a Prefeitura, incluindo a conclusão da contratação do novo sistema e o restabelecimento das câmeras em até 60 dias.

Procurada pelo Correio Petropolitano, a Prefeitura de Petrópolis informou que “os procedimentos para realizar uma licitação para o serviço já estão em andamento”. O município acrescentou que “todas as providências estão sendo agilizadas para a retomada do serviço de monitoramento o mais rápido possível”.

A PETIÇÃO

No documento, o MPRJ afirma que os processos administrativos encaminhados pela Prefeitura comprovam “desídia administrativa” na condução do serviço. Segundo o órgão, a administração já tinha conhecimento, desde novembro de 2025, de que o sistema de cerca

de 90 câmeras estava defasado e operava no limite da capacidade. Apesar disso, sustenta que não houve planejamento para a transição contratual, o que resultou na interrupção completa do monitoramento.

A petição também afirma que a paralisação não decorreu de uma retirada inesperada dos equipamentos pela antiga empresa, como alegado pelo município. Para o Ministério Público, os próprios documentos oficiais demonstram que a Prefeitura conhecia previamente os riscos e, ainda assim, não adotou medidas para evitar o apagão do sistema. O órgão destaca ainda que o processo para contratação definitiva, iniciado em dezembro de 2025, ainda não chegou à fase de licitação.

PEDIDOS

O MPRJ requer que a Justiça conceda tutela de urgência e estabeleça prazos para a conclusão do Termo de Referência, da fase preparatória da licitação, da publicação do edital e para o restabelecimento do sistema de videomonitoramento em até 60 dias. Também pede que a Prefeitura apresente relatórios a cada dez dias sobre o andamento das medidas, sob pena de multa e outras sanções.

Na mesma manifestação, o Ministério Público defende que apenas informações estratégicas, como a localização das câmeras, permaneçam sob sigilo. Já documentos relativos ao andamento dos processos, cronogramas e demais atos administrativos, segundo o órgão, devem continuar públicos para garantir a transparência e a fiscalização pela sociedade e pela imprensa.